



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

“As indústrias A. J. Renner devem orgulhar o Brasil inteiro”: Os trabalhadores da indústria têxtil A. J. Renner no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943)¹

"The A. J. Renner Industries should be a pride to all of Brazil": The works of the A. J. Renner textile industry in the Archive of Rio Grande do Sul's Regional Precinct of Work (1933-1943)

Jéssica Bitencourt Lopes²

Resumo: O acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS) conta com aproximadamente 630 mil fichas, as quais eram necessárias para a confecção das carteiras profissionais. Guardando a memória de trabalhadores comuns, esses documentos emergem a imagem, as informações profissionais e pessoais de homens e mulheres até então anônimos, que solicitaram suas carteiras entre 1933-1968. Utilizando como fonte o acervo e o seu banco de dados, a pesquisa aqui apresentada almeja tecer o perfil dos trabalhadores e consequentemente analisar a organização do trabalho na indústria têxtil e de vestuário A.J. Renner, que se apresenta como a mais demandada na primeira década de criação da carteira profissional, entre 1933-1943.

Palavras-chave: Indústrias A.J. Renner; Carteiras profissionais; Era Vargas.

Abstract: The Regional Rio Grande do Sul Labor Office collection (DRT-RS), has approximately 630 thousand files, which were needed for the confection of professional cards. Sheltering the memory of ordinary workers, these files emerge the image, the professional and personal informations of men and women who were anonymous so far, that solicited their cards between 1933-1968. Utilizing the collection and its database as source, the research aims to build the workers' profile and consequently analyze the work organization of A.J. Renner's textile and clothing industry, that presents itself as the most demanded in the first decade of creation of the professional card, between 1933-1943.

Keywords: Industries A.J. Renner; Work register booklet; It was Vargas.

¹ Este trabalho é um fragmento da pesquisa realizada e apresentada no Trabalho de Conclusão de Curso. O título do artigo usa como referência um trecho da matéria publicada no dia 09 de maio de 1936 no *jornal Diário de Notícias*.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, graduanda no curso de História Bacharelado e graduada no curso de Licenciatura em História pela mesma universidade. Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID e bolsista PROBIC/Fapergs no projeto de pesquisa "Traçando o perfil do trabalhador gaúcho". Atualmente é bolsista na modalidade pesquisadora a nível de mestrado pela CAPES. E-mail: jessicabitencourt@outlook.com.

Considerações iniciais

A marca Renner não é desconhecida para a maioria de nós brasileiro. Diariamente milhares de pessoas entram em uma das filiais das Lojas Renner pelo Brasil e exterior, alguns para exercer suas funções como trabalhador(a) da rede, outros buscando um look a “seu estilo”³. Porém poucos de nós sabemos que esse empreendimento que aparenta ser tão moderno e contemporâneo foi símbolo do desenvolvimento industrial e das relações de trabalho no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente no Brasil, no começo do século XX. As Lojas Renner S/A⁴ é uma das empresas subsidiárias do grupo Renner que iniciou suas atividades em 1911 em São Sebastião do Caí com uma pequena fábrica têxtil e que posteriormente se mudou para o bairro Navegantes, zona industrial de Porto Alegre. A indústria têxtil e de vestuário A.J. Renner tornou-se um dos maiores empreendimentos industriais do Brasil, destacando-se com seus métodos de fabricação, de qualidade de produção e também com suas políticas com os trabalhadores, tornando-se um exemplo de desenvolvimento fabril⁵.

A partir de 1930 a Renner recebe o título de grande empresa, estabelecendo-se como uma das maiores indústrias do setor de vestuário na América Latina, desenvolvendo-se progressivamente nas próximas décadas (FORTES, 2004, p. 178). Contando com centenas de operários nos mais diversos setores foi a primeira no Brasil a verticalizar sua produção, tendo o controle desde a seleção genética de sementes para o plantio de linho, até os últimos ajustes e venda ao consumidor. Além de desenvolver tecnologias e métodos industriais, a Renner teria antecipado as reivindicações dos trabalhadores e oferecido benefícios antes mesmo de ser implantada a legislação social do trabalho (AXT; BUENO, 2013).

No contexto de ascensão da fábrica Renner, a política trabalhista e a legislação social de Getúlio Vargas vigoravam. A partir dessas, trabalhadores conquistaram direitos, entre eles a carteira profissional que vinha com o objetivo de ressaltar a cidadania do trabalhador e seu mérito trabalhista (GOMES, 1988, p. 162). A posse do documento garantia aos trabalhadores os direitos assegurados pelo Estado como o direito a férias e o direito de reivindicar suas

³ Usa-se “seu estilo”, como referência ao slogan atual das Lojas Renner S/A: “Você tem seu estilo. A Renner tem todos.”

⁴ A primeira Loja Renner foi inaugurada em 1922 e tinha como objetivo vender as confecções fabricadas pela indústria Renner. Em 1965 torna-se independente o grupo Renner e em 1967 torna-se uma empresa de capital aberto, porém a família Renner se manteve com o controle acionário até 1998. Em 2005 a Renner foi a primeira empresa brasileira a ter seu capital pulverizado, sendo que 100% de suas ações estão em circulação, já a indústria Renner acabou por fragmentar-se e extinguir-se (GARCIA, 2011).

⁵ Sobre a criação e instalação das indústrias Renner em Porto Alegre ver: (AXT; BUENO, 2013), (PELLANDA, 1944), (PELLANDA, 1952) e (FORTES, 2014).

condições de trabalho nas Comissões Mistas de Julgamento, que posteriormente viriam formar a Justiça do Trabalho.

Percebendo as singularidades que cercam a indústria Renner e a emergência em construir a história de trabalhadores comuns (SCHMIDT, 2011, p. 152), notou-se as possibilidades de estudar esse empreendimento e seus trabalhadores através do Acervo da DRT-RS (Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul), constituído pelas fichas que eram preenchidas com as informações dos trabalhadores no momento da solicitação do documento profissional. O acervo compreende cerca de 630 mil fichas de trabalhadores que solicitaram a carteira de trabalho no estado entre 1933 e 1968, sendo esse é o único conjunto desse material que se tem conhecimento no Brasil⁶.

Pesquisando por fichas de trabalhadores da indústria Renner no banco de dados desse acervo, percebeu-se que a Renner aparece como o estabelecimento mais demandado na primeira década de instituição documento, contando com cerca de 750 trabalhadores só na sua fábrica principal, a têxtil⁷. Logo, verificou-se que além de possibilitar uma reflexão em relação a busca desses trabalhadores pelo documento profissional, o acervo possibilitaria traçar e tecer um perfil dos trabalhadores da Renner e, conseqüentemente, entendermos a organização do trabalho nesta fábrica.

A legislação trabalhista na Era Vargas e o trabalho na Renner.

No dia 09 de maio de 1936 o jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre, publicou um texto que tratava da visita do inspetor do Ministério do Trabalho, Clarindo Severo, à Fábrica Renner apontada pela matéria como um dos mais importantes estabelecimentos industriais. O texto atribuía a Renner àquilo que há de mais moderno no que tange à administração e aos usos tecnológicos, valorizando os produtos e os processos de produção, relatando a conquista de mercados consumidores em todo país, mencionando as peculiaridades da fábrica e igualando-a aos empreendimentos estrangeiros.

Nesta mesma matéria Anton Jacob Renner é referenciado por não poupar esforços para o bem-estar de seus empregados, salientando que esses “têm todas as regalias que a classe poderia almejar (SEVERO, 1936)”. Essa informação vai ao encontro das duas biografias⁸ do empreendedor A.J. Renner, ele teria revolucionado o conceito da relação entre capital,

⁶ Cabe ressaltar que o acervo da DRT-RS não engloba todas as solicitações lavradas do Rio Grande do Sul, mas sim uma amostra desse universo, cerca de 21% do montante (SPERANZA, 2017).

⁷ Excluímos desta pesquisa a fábrica de latas, a fábrica de tintas e a fábrica de máquinas de costuras e outras, encontradas no banco de dados respectivamente nas variações de Renner Hermann Cia LTD, Renner Koepk e Cia LDT e Waldemar Renner.

⁸ Refiro-me as biografias de (AXT; BUENO, 2013) e (PELLANDA, 1944).

trabalho e Estado (AXT; BUENO, 2013, p. 75), pois haveria posto em prática uma série de ações que regulavam o trabalho, oferecendo ótimas condições para o operariado, antes mesmo de ser instituída a legislação social do país, da qual foi um dos colaboradores quando em 1930, na condição de presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), foi convidado para contribuir na elaboração de uma legislação trabalhista brasileira (PELLANDA, 1944, p. 75).

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), várias medidas que visavam regular as relações trabalhistas foram instauradas, essas seriam legitimadas em 1937, com o advento do Estado Novo. Em 1931 Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que logo ficou responsável pelas Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento, incumbida pelos dissídios coletivos entre empregados e empregador e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, responsáveis pelos dissídios individuais, ambas viriam a ser substituídas pela Justiça do Trabalho (GOMES; SILVA, 2013, p. 13-44). A carteira profissional foi instituída por meio de um decreto-lei em 1932, nesse mesmo contexto emergia outros decretos que buscavam regular a jornada de trabalho de diferentes categorias e coibir os abusos do trabalho feminino e infantil (LONER, 2008, p. 3).

A posse interina de Getúlio Vargas na presidência em 1930 mudou os rumos da política brasileira. Até então a política social não tinha sido uma preocupação dos governantes. Contudo durante a Primeira República a classe trabalhadora esteve em constante luta pela regulamentação do mercado de trabalho e pela conquista de direitos⁹. Vargas percebendo as pressões ideológicas e a agitação dos operários nas reivindicações, reconheceu o social como uma responsabilidade política e utilizou-se disso para criação e institucionalização da legislação social, que através do projeto trabalhista conquistaria a adesão das massas, em uma espécie de pacto que trocava benefícios legislativos por obediência ao regime (GOMES, 1988, p. 162). O autor, nesse sentido, segue dizendo:

Como a história trabalhista de nosso país se dividia em dois tempos básicos -antes e depois de 1930-, todas as providências tomadas desde a revolução envolvendo a resolução da questão social eram atribuídas diretamente a Vargas. Era dele que todas as instruções emanavam, era ele o inspirador e o executor de toda a legislação elaborada (GOMES, 1988, p. 204).

O alicerce da política trabalhista estava na valorização do trabalho, para isso criou-se mecanismos que visavam reconhecer e enaltecer o trabalhador. O rádio surge então como uma dessas ferramentas, através dele Alexandre Marcondes Filho, ministro do trabalho desde 1941, e o próprio Getúlio Vargas, em uma linguagem simples e acessível, levavam suas vozes

⁹ Como exemplo de luta e organização dos trabalhadores, no final do século XIX e a partir do início do século XX, ver: (LONER, 2001).

e ideias para dentro do ambiente operário, no intuito não só de veicular a legislação social, atribuindo as conquistas ao governo vigente, mas também de construir uma aproximação entre o povo e a autoridade política.

Assim como o rádio, o calendário festivo surgiu como uma forma de aproximar o trabalhador do regime político. O 1º de maio passou a ser uma data esperada, pois era o momento que o presidente se reuniria para festejar com o operariado, presenteando-os com mais uma iniciativa no campo social. Além desse, o aniversário de Vargas e o aniversário do Estado Novo eram datas significativas na comunicação entre o governante e a massa de trabalhadores, auxiliando na propaganda trabalhista (GOMES, 1988, p. 201).

O sentido principal e o núcleo da proposta de renovação e humanização do Estado encontravam-se ligados a um esforço consciente de atribuição de um valor positivo e intrínseco ao trabalho. Ele deveria deixar de ser visto como um castigo ou como um simples instrumento para atingir objetivos que se definiam fora de seu universo. O trabalho deverá ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como um meio de “ganhar a vida”. Isto implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para a sua realização como pessoa e sua relação com o Estado (GOMES, 1988, p. 185).

Paternalismo, populismo e trabalhismo são conceitos intimamente atrelados e essenciais para a compreensão da política do período Vargas e para entendermos as lutas e conquistas da classe operária no Brasil. Durante décadas estes conceitos foram relacionados à ideia de manipulação, trazendo ainda hoje para o imaginário social a noção de submissão das massas, da passividade do povo, do trabalhador perante aos sistemas políticos e aos líderes carismáticos. Entretanto, a historiografia já nos mostra que esses conceitos são rasos perante as relações existentes, sem perceber as subjetividades de cada grupo, onde a ideia de manipulação de um grupo ativo sob um passivo já não é mais possível de ser pensada. Os trabalhadores utilizavam das relações para benefício próprio, num sistema de dom e contra dom, não sendo uma massa apática, derrotada e inativa politicamente, mas um grupo presente que através das relações conquistavam aquilo que era desejado. Portanto, o eleitorado estava atento às políticas partidárias, as suas mudanças e participava ativamente nessas dinâmicas (FERREIRA, 2001).

Para que o projeto trabalhista tivesse êxito era necessário que se conquistasse o operariado. Nisso o populismo e paternalismo que enquanto sistema político prevê um líder carismático, que busca através do estreitamento dos laços com a população, da propaganda e do assistencialismo, criar uma identificação com símbolos do povo, construindo uma rede de contatos que disseminam suas ideias e seu nome. Esses líderes levantavam a questão das desigualdades, buscando assim representar a política do povo, criando todo um imaginário

social de honestidade e autoridade moral, afirmando a ideia de um político salvador dos trabalhadores, dos pobres, tomando para si o ideal de justiceiro (NEGRO, 2014).

A.J. Renner, assim como Vargas, utilizou de mecanismos para se aproximar de seu operariado. O periódico Boletim Renner¹⁰ de tiragem mensal e circulação interna, produzido pela diretoria da fábrica no período de 1945-1964, além de divulgar os eventos e competições desportivas atreladas à indústria, veiculavam matérias sobre comportamento, etiqueta, saúde, moda e política. Nos textos o empresário A.J Renner dirigia-se diretamente a seus operários e a quem mais pudesse lê-los, falava sobre sua vida profissional, pessoal, comentava casos políticos e sociais, sempre trazendo seu posicionamento. A partir de 1964 a Renner passa a financiar um importante noticiário na Rádio Guaíba, que se denominava “Correspondente Renner”.

A legislação social e a política trabalhista funcionaram em uma dinâmica de trocas entre Estado e povo. Predispunha-se que o merecedor de direitos seria aquele que poderia em troca disto oferecer seu trabalho, sua obediência, na “lógica de quem tem ofício, tem benefício” (GOMES, 1988, p. 159), de que a moral e a dignidade só seriam alcançadas através do trabalho. Nesse sentido o cidadão, digno dos benefícios e direitos concedidos pelo Estado, pelo governante, é aquele que produzia riquezas, ou seja, aquele que trabalhava, portanto, que teria carteira profissional.

O povo tinha o direito de receber, e, portanto, o dever de retribuir. Ao contrário, ele não tinha o direito de não receber, pois isso significaria não ter o dever de retribuir. Daí porque não retribuir – não pertencer, não trabalhar – era crime. Era o reverso da cidadania. Era estar fora, recusando o vínculo, a aliança (GOMES, 1988, p. 2016).

A carteira profissional, além de um documento de notável importância na constituição e conquista dos direitos sociais do operariado, foi um documento era sinônimo de cidadania. A carteira foi instituída pelo decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932 e regulamentada pelo decreto nº 22.035, de 29 de outubro de 1933, que assegurava o documento para “pessoas maiores de 16 anos de idade, sem distinção de sexo, que exerçam emprego ou prestem serviços remunerados”¹¹. Inicialmente o documento não era de caráter obrigatório, mas logo foi exigido a todos aqueles que buscassem proteção nas relações trabalhistas, ou seja, apenas aqueles que possuísem o documento poderiam recorrer ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Logo, “a carteira assinada se tornou a aspiração de todo o trabalhador urbano, pois representava a garantia de direitos, como estabilidade, salário regular, aposentadoria e inclusão em serviços previdenciários (LONER, 2008, p. 5)”.

¹⁰ O Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, guarda exemplares dos Boletins Renner do período entre 1949-1958.

¹¹DECRETO nº 22.035, de 29 de outubro de 1932.

No documento profissional estão assinaladas as características pessoais e profissionais do indivíduo, nele temos um traçado sobre a vida do trabalhador. Assim como nos confirma o texto do Ministro Marcondes Filho, veiculado nas carteiras profissionais emitidas pelo governo, o documento oficial mantinha uma dupla função social, uma que resguardava os direitos dos trabalhadores e outra que servia para comunicar o empregador sobre quem é aquele trabalhador, onde já trabalhou e o tempo que esteve fixado em cada local, refletindo assim uma possível índole do operário. O documento era então materializava a relação trabalhista, que envolvia o trabalhador, o Estado, os sindicatos e os empregadores.

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção ao trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título obrigatório para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento adequado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência (ACERVO DRT-RS, Carteira sem identificação).

Já nos primeiros anos de sua instalação no Bairro Navegantes, a partir de 1914, os operários da Renner já trabalhavam no regime de oito horas diárias, que era uma antiga reivindicação da classe operária e que seria instituída no país apenas duas décadas depois. A Renner teria sido à frente do seu tempo, ofertando direitos para seus trabalhadores que só seriam legislados anos depois. O assistencialismo social virou uma marca da fábrica que possuía creches para que as mulheres pudessem trabalhar, assistência médica e odontológica para o trabalhador e sua família, amplos, modernos e acolhedores refeitórios e vestiários, classes de cursos supletivos para que o operariado pudesse se alfabetizar e adquirir os conhecimentos básicos e uma sessão bancária que concebia créditos para aquisição de casa própria e bens moveis aos trabalhadores (FORTES, 2004, p. 204-207). O lazer dos operários foi um dos investimentos da fábrica, que contava com bibliotecas, grupos musicais, equipes de xadrez, tênis, voleibol e futebol, essa última formava o Grêmio Esportivo Renner campeão do campeonato gaúcho de futebol de 1954 (STÉDILLE, 2011, p. 149), indicando a importância sociocultural do empreendimento.

Podemos perceber que a Renner se utilizava de uma política paternalista com seus funcionários. Baseando-se nos princípios trabalhistas de Vargas, a Renner buscava conquistar a fidelidade de seu operariado. Na enchente que abalou o bairro Navegantes em 1941 e no

surto de ataques a empreendimentos de origem alemã em 1942¹², os operários da Renner revezaram turnos para proteger o estabelecimento, fosse da fúria da natureza ou da humana.

Durante muito tempo, as indústrias Renner se constituíram numa fortaleza inexpugnável, impenetrável pelo movimento operário organizado, fosse pela eficácia da sua política social e salarial, pelo trabalho doutrinário que desenvolvia por meio das suas publicações, fosse pelo rigor do seu sistema de vigilância e repressão (FORTES, 2004, p. 213).

A Renner funcionava então por meio de um sistema de troca de benefícios, os trabalhadores que trabalhavam com excelência eram melhores remunerados e aqueles que se aproveitando dos benefícios do estabelecimento sentiam-se obrigados a recompensar com bom trabalho, gratidão e disponibilidade. Por meio da política paternalista da Renner podemos pensar na construção de uma identidade comum a esse operariado, onde a cultura, o lazer e o trabalho são entrelaçados em um só espaço¹³, mas para isso, primeiramente precisamos saber quem eram os trabalhadores da Renner.

Quem eram os trabalhadores da Renner?

A falta de algumas informações nos campos das fichas e os diferentes nomes com os quais a indústria é encontrada, faz com que alguns cruzamentos sejam impossíveis de serem feitos na totalidade dos trabalhadores registrados. Percebendo que somente por meio do campo *estabelecimento* não conseguiríamos chegar a um número de registros da Renner e que o campo *profissão* auxiliaria para podermos classificar algumas fichas dentro de uma das fábricas do Grupo Renner, a pesquisa irá centrar-se nas categorias de profissões ligadas diretamente a produção e confecção têxtil com o mínimo de dez registros, excluindo então profissões neutras como servente e auxiliar de comércio e profissões com menos de dez registros como secador de lã, tintureiro, modista e químico. Dentro dessa categoria de análise encontramos oito profissões: classificador de lã, lavador de lã, fiandeira/o, costureira/o, tecelã/o, sapateiro, cerzideira e alfaiate. Isso em um total de 382 fichas, ou seja, 382 trabalhadores.

¹² Após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados e o afundamento de um navio brasileiro por um submarino alemão na noite do dia 18 de agosto de 1942, protestos tomaram as ruas brasileiras e acabaram por depredar estabelecimentos teuto-brasileiros.

¹³ Os mecanismos de dominação, o paternalismo e a questão da cultura e identidade de classe do operariado Renner não serão aprofundados nesse trabalho.

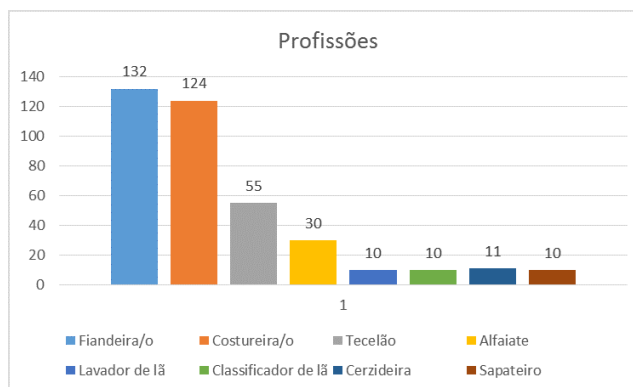


Gráfico 1- Algumas das profissões dos trabalhadores da Renner (1933-1943). Fonte: Banco de dados da DRT-RS.

Pelo acervo é possível perceber que as primeiras carteiras profissionais solicitadas foram no dia 05 de junho de 1933, sendo todas de funcionários do Banco do Brasil. Neste mês, as solicitações foram feitas majoritariamente por trabalhadores do setor bancário e em agosto desse mesmo ano os trabalhadores da Renner foram maioria no requerimento do documento. A partir dessas informações podemos perceber que no primeiro ano de instalação da Inspetoria do Trabalho em Porto Alegre, os trabalhadores, possivelmente, foram convocados por ramo e empresa a comparecerem para solicitação do documento. Portanto a ida até a Inspetoria não era voluntária, mas organizada pela própria, juntamente com o auxílio dos sindicatos e das fábricas.

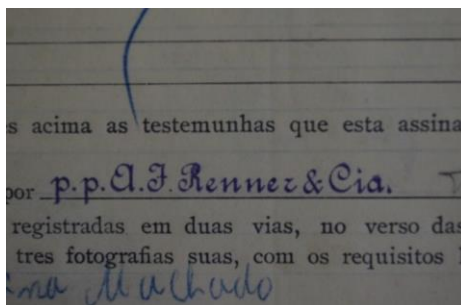


Figura 1: Carimbo Renner (1933). Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.

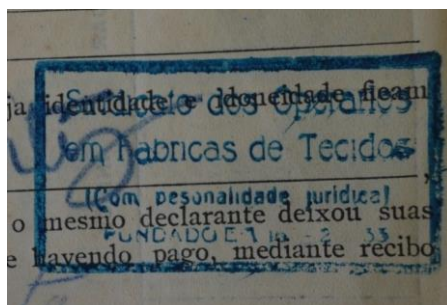


Figura 2: Carimbo do Sindicato dos operários em Fábricas de Tecidos (1933). Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.

Cada livro contém 50 fichas organizadas de forma numérica e em muitos estão registrados trabalhadores de um mesmo estabelecimento ou ramo, indicando a ida de

operários de uma mesma fábrica no mesmo dia. Possivelmente os sindicatos determinavam uma data junto à empresa e esta encaminhava os trabalhadores até a inspetoria. Em agosto, apenas nos dias 18,19 e 20 foram registrados 150 trabalhadores da Renner, cujas fichas ficaram divididas em 3 livros.

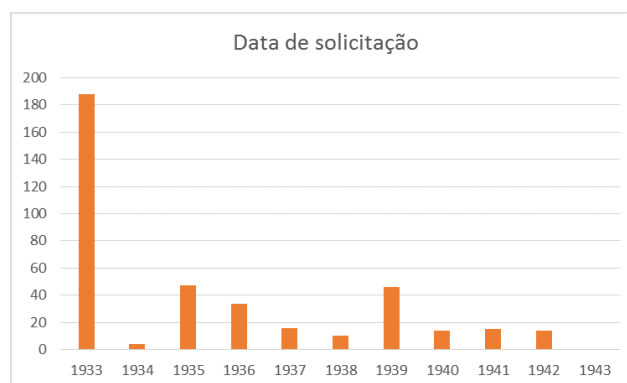


Gráfico 2: Data de solicitação da carteira profissional dos trabalhadores da Renner (1933-1943). Fonte: Banco de dados do acervo da DRT-RS. 2018.

O gráfico acima indica a quantidade de carteiras solicitadas por ano, mostrando a disparidade do ano de 1933 para os posteriores. Esse é um dado que sinaliza que no ano da instituição do documento a totalidade dos operários da Renner teria feito a solicitação e que nos anos seguintes apenas os novos trabalhadores teriam se dirigido a Inspetoria Regional do Trabalho. Esses últimos em dias distintos e em sua maioria individualmente, diferente do ocorrido em 1933 onde diversos trabalhadores teriam solicitado em um mesmo momento. Já no ano de 1943 não temos nenhuma ficha registrada.

O Rio Grande do Sul apresenta uma tendência muito mais de estabilização do que de crescimento da emissão das carteiras, que permanece na faixa entre 15 mil e 20 mil, com altas mais expressivas em 1935, 1939 e 1940, e quedas acentuadas em 1936 e, especialmente, 1943. Há, por certo, uma queda em 1934 em relação a 1933, mas ela não é expressiva, e em 1935, o número de carteiras emitidas volta a crescer (SPERANZA, 2017, p. 112).

A partir de dados do censo de 1953, Alexandre Fortes revela um aumento do operariado Renner, que neste ano empregava 2.500 trabalhadores só na sua indústria principal, a de têxteis e vestuário. Entretanto no acervo não percebemos grande progressão no número de operários da fábrica. Entre o período de 1934-1943 é provável que outros operários iniciaram seus trabalhos na indústria Renner, porém diferente daqueles que fizeram o registro profissional em 1933 e tiveram atrelados seus nomes à fábrica, nos anos posteriores os novos trabalhadores da Renner podem ter adentrado ao empreendimento já com o registro profissional, fazendo com que seus nomes não ficassem vinculados a Renner no acervo. Um exemplo disso é o caso do trabalhador Orlando Dias Guerreiro, comentado por (LOPES,

2018), que de acordo com matéria do jornal *A Federação* teria sofrido um acidente com caramelo fervendo na fábrica Ernestides Lopes. Contudo, no acervo da DRT-RS, seu nome está associado ao Cinema Rosário. Pellanda em 1944 comenta que a Renner contava com trabalhadores com 25 anos de casa indicando certa estabilidade do operariado (PELLANDA, 1944), o que sugere que a parte dos funcionários que requereu o documento no período de uma década de 1933-1943 permaneceu no estabelecimento nos anos seguintes.

Buscando no banco de dados percebemos que as profissões de fiandeira/o e costureira/o empregavam 67% dos trabalhadores da Renner, atentando que a fiação e a confecção constituíam a força motriz do empreendimento. Nesses dois setores o trabalho feminino era predominante, sendo que a fiação era constituída principalmente por mulheres e a costura era formada integralmente pela mão de obra feminina, assim como no cerzir. Já o trabalho masculino é visto como predominante na tecelagem, em setores considerados especializados como a alfaiataria e a sapataria e também em setores que exigem força como a classificação e lavagem de lã.

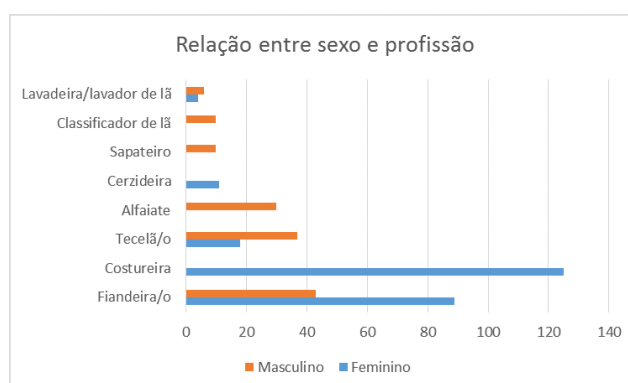


Gráfico 3: Os trabalhadores da Renner em relação ao sexo e profissão (1933-1943). Fonte: Banco de dados do acervo da DRT-RS. 2018.

Os trabalhos manuais, ligados à costura, aos tecidos, às linhas e bordados sempre foram atividades atreladas ao feminino, pois defendia-se que a mulher possuía predisposições biológicas para as práticas manuais, diferentes dos homens que biologicamente possuíam aptidões para os trabalhos especulativos e intelectuais (PERROT, 1988, p. 177). As primeiras décadas do século XX trouxeram transformações expressivas no papel e no comportamento feminino¹⁴. A costura que até então era um *hobby* para as mulheres de “boa família”, que produziam seus enxovais, e um trabalho informal para as mulheres pobres que precisavam

¹⁴Sobre as transformações dos papéis feminino e masculino nas primeiras três décadas do século XX ver: (MALUF; MOTT, 2005).

completar a renda familiar, passou a ganhar um caráter industrial, levando essas mulheres para dentro do ambiente fabril.

No Brasil algumas mulheres passaram a trabalhar para as fábricas dentro de suas casas, onde podiam cuidar dos filhos e dedicar-se aos afazeres domésticos. No interior da casa a mulher fragmenta ainda mais seu tempo, exercendo além das tradicionais funções de mãe, esposa e dona de casa, a função de trabalhadora. O espaço fabril surge como uma forma de controle, onde o trabalhador se encontra sobre supervisão, dentro de um regime produtivista, e sob o método de racionalização do trabalho, onde a máquina coordena o tempo, o ritmo, o corpo e assim o operário (PERROT, 1988).

A indústria têxtil inaugurou a industrialização no estado, no país e também introduziu a mulher no setor de trabalho formal¹⁵. Entretanto, a presença feminina nas fábricas não significou a igualdade entre os sexos, o trabalho feminino era visto com desaprovação, pois tirava a mulher de casa, de sua posição vista como natural dando a ela certa liberdade e independência. A casa e a fábrica tornaram-se ambientes dicotômicos, enquanto a casa representava a moralidade, o cuidado familiar e a educação, a fábrica representava a luxúria, a ignorância e o desequilíbrio familiar. O sonho dos pais era que as filhas arranjassem um bom casamento e não precisassem trabalhar, pois isso desqualificaria o feminino.

No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizado em sua maior parte pelos escravos, era associado à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral. Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição (RAGO, 2004, p. 492).

Após o casamento muitas mulheres saíam do mercado de trabalho, tendo em vista que o ideal era que a renda familiar fosse gerada pelo trabalho do marido e que a esposa pudesse dedicar seu tempo aos cuidados domésticos e familiares.

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade (PERROT, 1988, p. 489).

Tendo em vista a preferência por mulheres no setor têxtil, percebemos que na Renner além delas serem maioria, em relação ao estado civil elas são predominantemente solteiras, nos indicando um afastamento das atividades fabris após o casamento, diferente dos homens que em sua maioria são casados.

¹⁵ Sobre a mulher na atividade têxtil ver: (PENA, 1981).

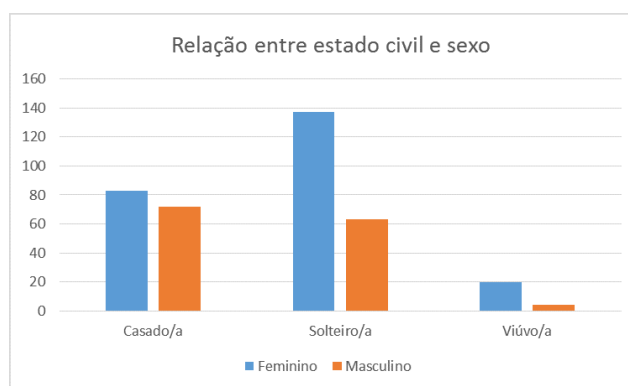


Gráfico 4: Relação entre estado civil e sexo dos trabalhadores da Renner (1933-1943). Fonte: Banco de dados do acervo da DRT-RS. 2018.

Para que se pense sobre a divisão sexual do trabalho na Renner é necessário olharmos para além da predominância feminina e analisar o papel e localização de cada gênero dentro da fábrica. A Renner possuía diversas políticas voltadas para a família do trabalhador, entre elas uma voltada para famílias numerosas, acima de 3 filhos, onde era oferecido Cr\$ 200,00 por filho, contudo a ressalva para o recebimento do benefício era que a esposa e mãe não trabalhasse fora do lar. Portanto o benefício era desfrutado apenas pelos operários homens e suas esposas. A mulher operária era oferecida a creche, mas a mesma dispunha de poucas vagas e a criança só poderia ficar até o primeiro ano. Logo, através dessas políticas contraditórias podemos perceber a intenção de manter o operariado masculino e experiente, enquanto as mulheres eram interessantes manter apenas no seu período de maior produtividade, ainda jovem, com poucos ou nenhum filho (FORTES, 2004, p. 205-206).

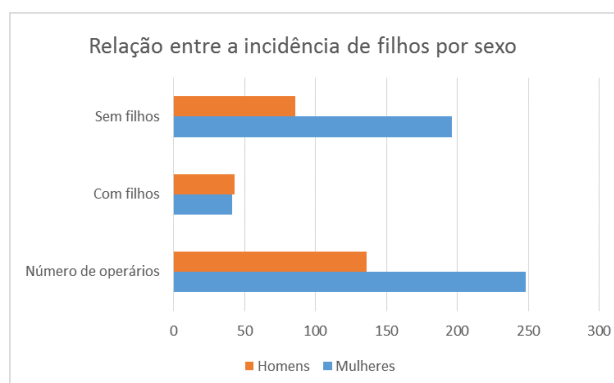


Gráfico 5: Os trabalhadores da Renner em relação a incidência de filhos por sexo (1933-1943). Fonte: Banco de dados do acervo da DRT-RS. 2018.

O gráfico acima mostra que o número de pais e mães trabalhadores da Renner é praticamente o mesmo, porém que relacionado ao número de operários a incidência de filhos é maior entre os homens, não sendo proporcional ao número de trabalhadores e trabalhadoras sem filhos. Esses dados atestam que mesmo o número de casadas/os estando em equilíbrio, as

mulheres acabam por se afastar do trabalho após a chegada dos filhos. De forma diferente os trabalhadores do sexo masculino se estabeleciam confirmando a proeminência e preferência de homens mais velhos e experientes em contradição a presença acentuada de mulheres jovens, que ainda não formaram família.

Podemos atrelar essa constatação à ideia de especialização das profissões, enquanto o sapateiro e o alfaiate eram percebidos como atividades especializadas, a costura era definida como não especializada (FORTES, 2004, p. 201). Dessa forma, os primeiros profissionais deveriam ser mantidos, ao tempo que a costureira era facilmente substituída. Em contrapartida o processo de taylorização da produção fragmentou as atividades nas mãos de vários operários, intervindo mais de 130 profissionais para a fabricação de um terno (PELLANDA, 1944, p. 38). A função do alfaiate passou então a ser restringida a poucas tarefas e o trabalho concentrou-se nas profissões da costura. A costureira Renner não se encarregava apenas pelos remendos, assim como o alfaiate não era o responsável pela confecção do terno. O título de especialização, portanto, seria uma forma de desqualificar o trabalho feminino e valorizar o trabalho masculino, pois ambos profissionais trabalhavam juntos, tendo em sua maioria um mesmo grau de instrução.

O setor de fiação era composto por 89 mulheres e 43 homens. Porém mesmo com a predominância feminina no setor, aquele que exercia o papel de chefe de fiação era um homem, o que evidencia a dominação do masculino sob o feminino, percebendo que mesmo elas sendo maioria, as mulheres estavam subordinadas a eles¹⁶. Além disso, chama atenção o fato de haver estrangeiros nas profissões de chefia dentro da fábrica, visto que o mestre-fiandeiro Johannes Gerlach (figura 3), era alemão. Johannes chegou ao Brasil no dia 23 de fevereiro de 1923, com 24 anos de idade, em sua ficha de qualificação profissional consta que sua esposa também era alemã. Possivelmente o jovem casal tenha embarcado para o Brasil em busca de novas oportunidades, assim como tantos outros estrangeiros. Sendo assim, na fábrica Renner, constituídas principalmente por mulheres brasileiras e jovens, o poder era representado pelo masculino e estrangeiro¹⁷.

A Renner, entretanto, reproduziria no seu interior, a segmentação étnica existente na cidade, que influenciava na política de contratação de trabalhadores, na sua relação com as chefias, assim como na sua distribuição por setores. Para uma veterana operária, não havia dúvidas que “a firma era alemã”, e o conhecimento da língua

¹⁶ O mestre-fiandeiro foi o único que encontramos registrado como mestre no banco de dados do acervo. Exercendo posição de superioridade dentro da fábrica seja como administrador, químico ou diretor, estão os membros da família Renner, todos homens.

¹⁷ Em entrevista concedida a Francisco Carvalho, Julieta Battistioli que foi operária na Renner e posteriormente a primeira vereadora do Rio Grande do Sul eleita pelo PCB, fala sobre a instalação da fita mecânica, os processos de controle e autoridade na fábrica, a mesma cita a presença dos estrangeiros nos cargos de chefia e na relação estabelecida com esses (CARVALHO, 2008).

falada pelos proprietários levava a um tratamento diferenciado no seu interior, possibilitando “se dirigir ao chefe, se dirigir a um fiscal se tivesse qualquer coisa” e obter proteção (FORTES, 2004, p. 197-198).



Figura 3: Mestre-fiandeiro Johannes Gerlach. Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.

Entre as 382 fichas pesquisadas apenas 6 registram cor diferente de branco/a, três dessas estão assinaladas como moreno, dois como pardo e um como preto. Clarice Speranza estudou as diferentes formas de classificação dos operários não-brancos nas fichas de qualificação profissional, a mesma discute em seu artigo que as classificações “não são meramente denominações ‘neutras’ para a cor dos indivíduos, mas elaborações culturais de um sistema de estratificação social vigente” (SPERANZA, 2017, p. 101). A falta de um regulamento para o preenchimento das fichas, deixava informações como a de cor por conta da subjetividade do funcionário da DRT-RS. Além disso é importante atentarmos que em alguns casos a declaração podia vir do próprio trabalhador, que assinalava o campo conforme suas construções sociais e interesses.

Mesmo sendo claro que cabia ao identificador a definição final sobre a cor do trabalhador na ficha (pois era ele quem a preenchia), pode-se aventar formas pelas quais estes últimos tentavam interferir sobre estas classificações. Uma aparência física mais “distinta”, um cargo mais elevado, poderia significar uma elevação na classificação de cor, na perspectiva ainda do branqueamento. A própria preocupação do operário em mostrar-se elegante no momento da foto – perceptível em vários retratos – pode ser encarada como uma estratégia de busca de distinção social por parte dos trabalhadores, que poderia (ou não) incluir a classificação de cor (SPERANZA, 2017, p. 119).



Figura 4: Carlos Marques (Classificador de lã- misto); Lyra Silva (Fiandeira- morena); Palmyra Lopes de Oliveira (cerzideira- morena); Cecilia Rosa (Fiandeira- preta). Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.¹⁸

¹⁸Dois trabalhadores tiveram as fotografias perdidas/danificadas, não sendo possível a reprodução.

Os trabalhadores registrados nas fichas cor diferente de branco/a, apresentam profissões comuns aos operários brancos. Nas quatro fotografias que pudemos ter acesso, os operários se apresentam de forma simples, não se destacando entre os demais trabalhadores em sua apresentação. Apenas a cerzideira Palmyra se diferencia em relação ao tom de pele, contudo não é possível delimitarmos a cor desses trabalhadores, tendo em vista as diferentes iluminações em que as fotografias foram registradas. Assim concordamos com Speranza, sobre não existir um padrão e que as fichas eram preenchidas levando em conta as percepções de diferentes funcionários da DRT-RS.

Enquanto os operários registrados como misto, moreno e preto representam 1,57%, os estrangeiros constituem 18,32% dos operários Renner. Além desses, parte significativa dos trabalhadores apresenta sobrenome de origem estrangeira, indicando descendência. A imigração do Rio Grande do Sul teve como característica o povoamento e as redes de comércio exercidas que foram primordiais no acúmulo de capitais que deram início ao processo de industrialização¹⁹. Esse aspecto ascendeu solidariedades étnicas entre os donos dos estabelecimentos e outros imigrantes e descendentes fazendo com que a mão de obra estrangeira fosse preferência entre os industriais. Além disto, alguns desses traziam de seu país conhecimentos técnicos das práticas industriais e por vezes noções de maquinários e funções específicas.

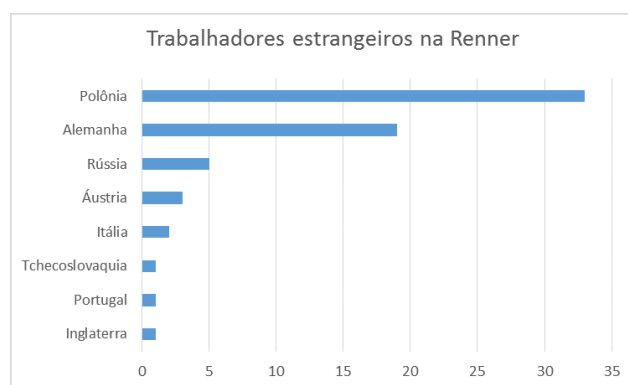


Gráfico 6: Trabalhadores estrangeiros na Renner (1933-1943). Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.

Os poloneses e alemães são os mais presentes dentro da fábrica e nos registros ocupam profissões comuns às dos brasileiros. No entanto, as declarações do campo profissão são subjetivas, pois esta não demandava nenhuma certificação, podendo o operário registrar uma profissão e exercer outra.

¹⁹A discussão sobre imigração e o processo de industrialização no Rio Grande do Sul é extensa ver: (BARTMAM, 2012), (REICHEL, 1978) e (PESAVENTO, 1985).

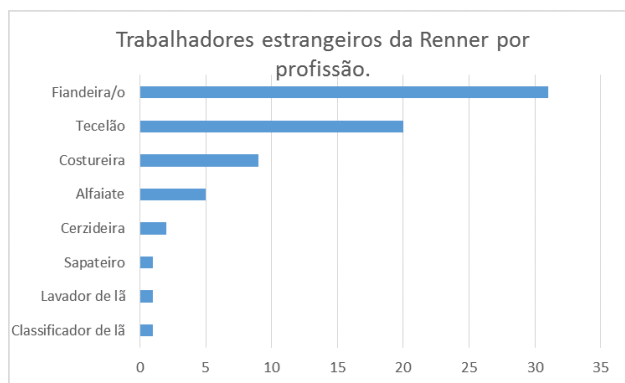


Gráfico 7: Trabalhadores estrangeiros da Renner por profissão (1933-1943). Fonte: Banco de dados do acervo da DRT-RS. 2018.

Dos 70 imigrantes que solicitaram o documento profissional no momento em que estavam empregados na Renner, 20 deles estão estabelecidos no setor de tecelagem, constituindo 36% do setor que empregava 55 trabalhadores. Um dos motivos para a notável presença estrangeira nesse setor é a experiência dos imigrantes com a máquina, visto que no Brasil, a mecânica industrial era recente. Além disso, era frequente que ao adquirir maquinário do exterior, o mesmo viesse acompanhado de um operador, que conhecia a montagem e funcionamento da máquina (PELLANDA, 1952).

Entre os alfaiates e sapateiros encontramos dois registros de aprendizes, Adolpho Bilcher de 15 anos de idade e Dário Norberto Motta de 16 anos²⁰. Esses setores contavam cada um com dois menores. No entanto apenas os citados foram nomeados aprendiz nas fichas de qualificação profissional. Além deles, dentro de nossas categorias de análise, entre os 382 registros, encontramos 50 de jovens de 14 a 18 anos²¹.



Figura 5: Os menores trabalhadores da sapataria e alfaiataria: Adolpho Bilcher (aprendiz de sapataria), Antenor Ramires (alfaiate) e Humberto Costa Milego (auxiliar de sapateiro). Fonte: DRT-RS. 2018.

Os homens da família Renner também requereram seu documento profissional e assim tiveram seus nomes lavrados no acervo da DRT-RS. Pellanda, ao analisar a transmissão de

²⁰ Não foi possível localizar a fotografia de Dario Norberto Motta.

²¹ Sobre os trabalhadores menores de idade no Acervo da DRT-RS ver: (LOPES, 2019).

riquezas entre gerações, comenta a preocupação de A.J. Renner em preparar seus filhos para assumir o negócio, os colocando desde cedo para trabalhar e conhecer todos os setores da fábrica, da oficina mecânica, a fiação e tecelagem, logo se especializando no exterior (PELLANDA, 1944, p. 37). A.J. Renner e seus filhos Egon, Kurt, Heini e Herbert Renner, aparecem em posição de destaque nos registros, como químicos e técnicos têxteis.

No regresso, Egon passou a dirigir as seções de tinturaria e acabamento da fábrica, cuja gerência geral assumiria depois; Heini teve a direção das seções de lã penteada, da tecelagem de linho e do escritório técnico; Kurt encarregou-se da seção de confecções, cuja taylorização concluiu e do departamento do pessoal cuja escolha se faz hoje segundo os ensinamentos da psicotécnica e Herbert da seção de lãs, lavanderia e tinturaria e da fiação de linho (PELLANDA, 1944, p.58).

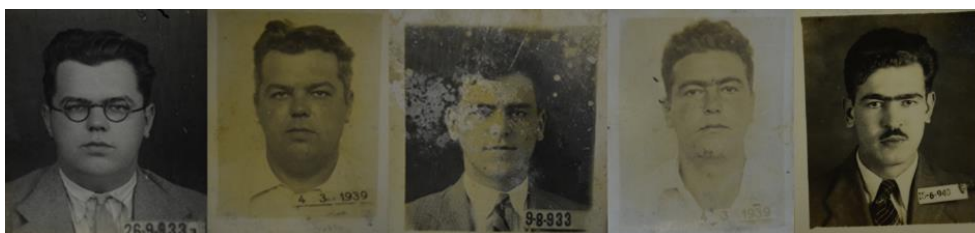


Figura 6: Da esquerda para a direita as duas primeiras fotografias são de Egon Renner, que solicitou o documento em 1933 e uma segunda via em 1939, após Kurt, Heini e Herbert Renner. Fonte: DRT-RS. 2018²².

Percebemos que a presença familiar é constante no empreendimento, não apenas da família do fundador, mas também da família operária. Michele Perrot, ao tratar do papel disciplinador dos ambientes industriais, atenta que na política paternalista a fábrica deve ser vista a partir do sistema doméstico de produção. Portanto seria comum o recrutamento de famílias inteiras, assim a lealdade ao empreendimento seria associada a fidelidade familiar (PERROT, 1988, p. 59-60). Essa organização auxilia na criação de uma identidade ligada à fábrica²³.

As relações sociais no trabalho são concebidas conforme o modelo familiar: na linguagem da empresa familiar o patrão é o pai, e os operários os filhos, na concepção do emprego o patrão deve assegurar aos operários, na prática cotidiana do patronato, visível até em certas festas, ligadas principalmente aos acontecimentos da família do senhor (casamento dos filhos...), enfim, na existência de certas instituições de previdência.[...] Os trabalhadores aceitam essa forma de integração, e até a reivindicam. Eles têm a linguagem e o espírito da “casa”; têm orgulho em pertencer a empresa com a qual se identificam (PERROT, 1988, p. 62).

²² Na ficha de A.J. Renner a fotografia não foi anexada.

²³ Um exemplo de proximidade entre a família do operário e do empregador na Renner é o fato de muitos filhos de operários serem apadrinhados por Matilde Renner, esposa de A.J. Renner e coordenadora da creche (BOLETIM RENNER, 1949-1951)



Figura 7: Os irmãos Leopoldo Machado, Guilhermina Lampert e Luiza Duarte, trabalhadores da fiação. Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.



Figura 8: As irmãs Elma, Tუსnelda e Erica Biehl, fiandeiras da fábrica Renner e o irmão Eugênio Biehl, mecânico da mesma fábrica. Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.

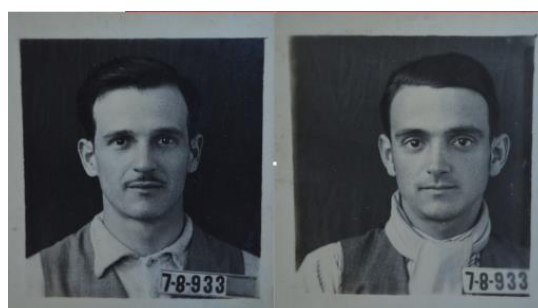


Figura 9: Os irmãos Manoel e Oliveiros Ramos dos Reis, classificadores de lã da Renner. Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.



Figura 10: As irmãs Talita e Edith Nadler, costureiras da Renner. Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.



Figura 11: A mãe Adelaide Fernandes Lima e a filha Maria Augusta Fernandes Lima, ambas costureiras da Renner. Fonte: Acervo da DRT-RS. 2018.

Os trabalhadores apresentados nas fotografias acima foram encontrados por meio da busca de sobrenomes e filiação em comum no banco de dados. Os trabalhadores apresentados foram escolhidos levando em conta as categorias de profissão analisadas e também a presença da fotografia na ficha de qualificação. Entretanto outros conjuntos familiares estiveram na Renner e solicitaram seus documentos profissionais, alguns em funções distintas, outros em períodos distintos.

As duas irmãs e o irmão da figura 7 solicitaram suas carteiras em 1933, mas em dias diferentes, Leopoldo e Luiza encaminharam-se a Inspetoria Regional do Trabalho no dia 21 de agosto, Guilhermina foi no dia 23, contudo através da fotografia percebemos que Luiza e Leopoldo haviam sido fotografados no dia 7 de agosto, enquanto Guilhermina no dia da solicitação. Os irmãos Biehl passaram pelo registro fotográfico no mesmo dia, 7 de agosto, porém suas fichas foram preenchidas em dias variados; Ema e Tunelda no dia 21 de agosto; Erica no dia 20 e Eugênio no dia 19 do mesmo mês. Nesta mesma leva os irmãos Ramos dos Reis que tiraram o retrato no dia 7 e registraram seus dados no dia 21 de agosto. Interessante entre estes últimos o colete de mesma cor, aparentemente igual, indicando um possível empréstimo entre os irmãos no momento do registro. Nas imagens dos irmãos, assim como nas fotografias 3x4 das irmãs Nadler tiradas em 1939, nota-se de forma mais nítida uma preocupação com a apresentação. Talita e Edith se mostram bem penteadas, a primeira inclusive com penteado trançadas e ambas com acessórios no pescoço. Na última figura a mãe Adelaide e a filha Maria Augusta, que requereram seus documentos em anos distintos, a primeira em 1934 e a última em 1939.

A existência de familiares em uma mesma função pode nos indicar que os ofícios eram transmitidos no seio familiar, seja entre aqueles de uma mesma geração como no caso dos irmãos, quanto para aqueles de gerações distintas como o caso de mãe e filha. Também nos ajuda a vislumbrar a proximidade da Renner com a família operária e a pensar o emprego de familiares como uma solidariedade empresarial, mais um dos benefícios da indústria.

Aristeu Lopes e Mônica Schmidt ao analisarem as fotografias 3x4 do acervo da DRT-RS, consideraram que as fotografias nesse formato são registros úteis para políticas de controle social, pois uma imagem, o rosto do cidadão ficaria sob posse do Estado. Portanto, tendo em vista o contexto político da instauração do documento profissional, o regime de valorização do trabalho e o controle social, as fotografias 3x4 anexadas às fichas de qualificação profissional caracterizariam uma forma de controle estatal. Além disso, Lopes considera que as fotografias da DRT-RS podem ser o único registro visual de muitos trabalhadores, sendo, portanto, suporte de memória de homens e mulheres comuns (LOPES; SCHIMIDT, 2018, p. 405-406).

Pensamos os registros fotográficos dos trabalhadores da Renner, que solicitaram suas carteiras entre 1933-1943, não apenas como uma ferramenta para controle do estado sob os trabalhadores, mas também como um meio de forjar identidades, onde o indivíduo pode se apresentar diferente da sua realidade, buscando criar ideias de pertencimento. Portanto “As fotografias 3x4 dos trabalhadores não apresentam cenários, mas eles também se tornam modelos, seus adereços lhes conferem uma identidade que poderia estar dissociada da sua condição de trabalho (LOPES, 2016, p. 123)”.²⁴

Atestamos através das fichas de qualificação, dos trabalhadores e trabalhadoras que a Renner retratou sua época. A partir de uma organização não apenas paternalista, mas patriarcal, percebemos que por mais que tenha se sobressaído com sua preocupação social e suas políticas assistencialistas, os trabalhadores dessa indústria eram operários comuns, em um arranjo empresarial que soube se beneficiar da conjuntura política e crescer por meio desse sistema.

Considerações Finais

Os homens classificavam, lavavam e secavam a lã crua, que logo passavam pelas mãos delicadas, suaves e habilidosas das fiandeiras. Saindo da fiação, o fio já pronto era levado aos teares manuais mais tarde mecanizados dos tecelões que lá tramavam e teciam os tecidos Renner, as cerzideiras faziam parte desse processo, remendando e unidos os fios frouxos. O tecido pronto findava nas bancadas dos alfaiates que após o corte era conduzido às máquinas de costura onde alfaiates e costureiras trabalhavam na costura, na prega de botões e nos ajustes finais. Entre esses profissionais, dezenas de outros trabalhavam no mesmo fio,

²⁴ Neste trabalho foi exposto apenas algumas das fotografias dos trabalhadores da Renner, tendo em vista que não se tinha como objetivo uma intensa análise das representações fotográficas. Todavia o conjunto de fotografias 3x4 desses trabalhadores traz questões pertinentes para compreensão do perfil operário desta indústria.

tecido e terno. Serventes, tintureiros, modistas e, além desses, os sapateiros e chapeleiros que completavam o vestuário Renner que por último, nas mãos dos atendentes comerciais da loja Renner, eram levados aos consumidores.

Trabalhar na Renner era um diferencial na sociedade industrial porto alegreense, a empresa representava a solidariedade, a honestidade e o respeito entre empregador e empregados. A fábrica trazia estabilidade e benefícios a seus trabalhadores. Contudo, é possível que se problematize as práticas paternalistas da indústria, que utilizava das regras de concessão de benefício e do engajamento na vida do operário, para que ele recebendo o título de trabalhador da Renner, se sentisse responsabilizado pelo sucesso do empreendimento. O documento profissional foi a materialização da política trabalhista e paternalista de Getúlio Vargas. Ele trazia garantias de direitos, valorizava o trabalhador, sua jornada, sua história e ao mesmo tempo tornava-o prisioneiro do sistema. Assim as políticas sociais da Renner, mesmo que gerassem maiores gastos ao empregador, vinham sempre ao benefício deste, que acabava tendo o controle sobre seu operariado, garantindo assim uma boa produção. Portanto, podemos pensar que a assistência social direcionada aos trabalhadores não visava o bem-estar dos mesmos, mas sim o lucro originado disso.

Por intermédio das carteiras profissionais podemos conhecer parte dos trabalhadores da Renner. Percebemos quem eram os contratados da fábrica, e através disso entendemos um pouco sobre organização empresarial. Tecemos assim a história do operariado comum de uma das maiores fábricas têxteis do Brasil, que até então era pouco conhecida pela historiografia.

A Renner, mesmo que tenha inovado e se adiantado em relação ao desenvolvimento tecnológico e na concessão de benefícios trabalhistas, se manteve por meio de uma política de contratação que manifesta a sociedade e o contexto em que estava inserida. A preferência por trabalhadores brancos e estrangeiros, da mão de obra masculina dos “pais de família” e o trabalho de moças jovens nas atividades que moviam o empreendimento têxtil, não fazem da Renner uma indústria singular como apontada pela matéria do *Diário de Notícias* de maio de 1936, conforme mencionada anteriormente, também pelos biógrafos oficiais de A.J. Renner. A organização do trabalho na Renner retrata a organização social da década. As mulheres se encontram em atividades subordinadas, ausentando-se do mundo do trabalho após o casamento ou a chegada dos filhos, ao tempo que os homens experientes, com família formada, compõem o quadro masculino fabril, no qual os estrangeiros têm cargos de chefia e de confiança e os negros estão fora.

Fontes

BANCO DE DADOS. Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas.

BOLETIM RENNER. Núcleo de Pesquisas Históricas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DECRETO nº 22.035, de 29 de outubro de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22035-29-outubro-1932-526776-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 31 de novembro de 2018.

SEVERO, Clarindo. O inspetor do Ministério do Trabalho visitou, ontem, a Fabrica Renner-Modelar Estabelecimento Industrial. *Diário de Notícias*. 09 de maio de 1936. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

Referências bibliográficas

AXT, Gunter. BUENO, Eduardo. *A.J Renner (1884-1966): Capitão das indústrias*. Porto Alegre: Editora Paiol, 2013.

BARTMAM, Tatiane. Industrialização e imigração no Rio Grande do Sul: Um estudo historiográfico. *Anais do XI Encontro Estadual de História da Anpuh: História, Patrimônio e Memória*. 2012. Disponível em:<http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1346360716_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf> Acesso em: 23 de setembro de 2018.

CARVALHO, Francisco Júnior; GARCIA, Eliane Rosa. *Adorável camarada: memórias de Julieta Battistioli*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e a sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GARCIA, Adalberto. *Longevidade em organizações empresariais brasileiras: o caso da Lojas Renner S.A.* Tese (Doutorado em administração), São Leopoldo: Universidade Vale do Rio dos Sinos, 2011.

GILL, Lorena. Loner, Beatriz Ana. O Núcleo de documentação histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho. *Revista Esboços*, Florianópolis, v.21, n.31, p. 109-123, ago. 2014.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira. Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: A título de apresentação. *A Justiça do trabalho e sua história*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz Ana. Um perfil do trabalhador gaúcho na década de 30. In: Encontro Estadual de História da Anpuh- RS, 9., 2008, Porto Alegre: *Anais...* Porto Alegre: Anpuh-RS;

UFRGS. p.1-18. Disponível em: <<http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos#C>>. Acesso em: 01 de agosto de 2018.

LOPES, Aristeu. História e Memória dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul: O acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943. *Revista Memória em Rede*. Pelotas, v.5, n.12. 2015.

LOPES, Aristeu. *Os trabalhadores das fábricas de chocolates e caramelos em 3x4: história do trabalho e fotografia a partir da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1943*. 2018. (no prelo).

LOPES, Aristeu. Trabalhadores com sinais de varíola no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1944. *História, ciência e saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.23, n.4, out-dez, 2016, p. 1209-1227.

LOPES, Aristeu; SCHMIDT, Mônica. Os trabalhadores no frigorífico Anglo em Pelotas no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: História, memória e fotografia. *Tempos Históricos*, v.22, 2018/1, p. 398-423.

MALUF, Marina; MOTT, Márcia Lúcia. Recônditos do mundo feminino. SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando (Org.) *História da vida privada no Brasil- República: da belle époque à era do rádio*. Vol3. São Paulo: Cia. das Letras, 1997-1998, 2005.

NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL*, v.11, n. 20/21, 2014, p. 11-38.

PELLANDA, Ernesto. *40 Anos Renner- Indústria do Vestuário: uma organização vertical sem similar no país ou no exterior*. Porto Alegre: Renner, 1952.

PELLANDA, Ernesto. *A.J. Renner: Um capitão da indústria*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

PENA, Maria Valéria. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatary. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. PRIORI, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

REICHEL, Heloisa. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul- 1910/1930*. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978.

SCHMIDT, Benito (Org.). *Novas questões de teoria e metodologia da história e historiografia: Homenagem a Silvia Petersen*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SPERANZA, Clarice. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). *Tempos Históricos*, v.21, 2017/1, p. 100-124.

STÉDILE, Miguel. *Da fábrica a várzea: Clubes de futebol operário em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.